

ESTADO, MERCADO, SOCIEDADE E COMUNIDADE: CONCEITOS PARA REFLETIR SOBRE A EXTENSÃO NA UNIVERSIDADE BRASILEIRA¹

Naomar de Almeida Filho²

Bom dia a todos e todas. Eu queria primeiro agradecer o convite carinhoso e muito oportuno. Sempre fui curioso em relação ao projeto da USP Leste, em especial a proposta originalmente inovadora da EACH. Por isso agradeço a oportunidade, especialmente às Professoras Ana Amélia e Fabiana que creio foram as pessoas responsáveis pela minha participação neste evento. Há também outro motivo para agradecer este convite, oportuno porque estou nesse momento compondo um GT no IEA/USP, coordenado pelo Professor Luiz Bevilacqua, a quem tomei a liberdade de convidar e trazer comigo para me ajudar nesta conversa com vocês. Luiz foi um dos criadores da Universidade Federal do ABC, tendo sido seu primeiro reitor e coordenador da implantação do projeto. Estamos agora aqui com vocês no IEA justamente para repensar o modelo de universidade brasileira e da USP, avaliando algumas iniciativas que a própria instituição desenvolveu e que, por sua complexidade e dimensão, sua comunidade sequer tem conhecimento. Uma delas é este impressionante campus aqui, que visitamos há pouco. Por tudo isso, me alegro por esta bela oportunidade de estar com vocês.

Bom, o convite objetivamente me foi encaminhado para ministrar uma conferência de abertura sobre tema que é também o título do evento: a comunidade e a universidade. Eu respondi que talvez seria melhor analisar o que se quer dizer com esses termos, que conceitos são referenciados por essas palavras. Conforme a apresentação do meu currículo, feita há pouco e que também agradeço, não sou especialista nas áreas que tradicionalmente estudam esses assuntos. O meu foco é a pesquisa epidemiológica, na área da Saúde Coletiva. Porém o evento fortuito de ter me tornado reitor da Universidade Federal da Bahia, lá em 2002, me obrigou a aprender coisas de gestão, porque ser dirigente universitário não implica uma tecnologia ou metodologia dominada, nem se ensina como fazer isso. Aí fui ler, estudar, tentar entender algumas questões, aprender a administrar sem ter formação para isso, fazer gestão de instituições complexas.

Uma das coisas que para mim ficou muito claro nesse processo de aprendizagem é que, sob o grande nome “universidade”, desde o seu início na história, temos incorporado uma série de funções, missões e objetivos. Com base nisso, propus entender o “outro” da Universidade, indicado no termo “comunidade”, tal como proposto no tema deste evento, com base numa perspectiva de prática concreta. O que quero dizer é que a universidade não se relaciona com a comunidade como um ente abstrato, mas sim através de uma complexa relação com sujeitos institucionais de

¹ - Conferência de Abertura do II SEMINÁRIO DE CULTURA E EXTENSÃO promovido pela EACH/USP, em 18/04/2018. Texto revisado e referenciado pelo autor.

² - Professor Visitante do Instituto de Estudos Avançados da USP. Professor Titular (aposentado) de Epidemiologia no Instituto de Saúde Coletiva da UFBA. Pesquisador 1-A do CNPq. Ex-Reitor da Universidade Federal da Bahia e da Universidade Federal do Sul da Bahia.

outros setores: campos, agências, organizações, entes sociais e políticas. Até para ser academicamente mais rigoroso, precisamos de uma abordagem mais precisa. Por isso, buscando compreender quem é o outro da universidade, repito, propus uma série mais ampla de termos: Estado, Mercado, Sociedade, Comunidade, a fim de tentar repensar o conceito de extensão na Universidade. E cheguei à proposição de que, ao não reconhecer o outro, enfrentamos um grave problema interno na Universidade e esse problema pode criar, e tem criado, particularmente nas universidades públicas brasileiras, um profundo mal-estar. Mas aí pensei: bom, posso falar desse mal-estar dentro da universidade, em especial os impactos sobre o famoso tripé que constitucionalmente nos define. Então, pensando melhor sobre tudo isso cheguei a este outro título: o mal-estar na Universidade – impactos sobre o ensino, a pesquisa e a extensão. É que a universidade brasileira não sofre só com um mal-estar próprio dela, porque no Brasil estamos num Estado de mal-estar, de um profundo mal-estar social no sentido mais amplo. Assim, de modo mais abrangente, conceitualmente, pensei então que devemos conversar a respeito dos efeitos perversos do Estado de mal-estar social sobre a prática universitária que nos forçaram a distorcer o próprio conceito de extensão.

Ana Amélia nos disse há pouco que a extensão é um conceito pronto e maduro, mas ainda assim em permanente construção na universidade brasileira. Acrescento que, justamente por isso, precisamos nos empenhar em sua crítica.

Vamos adiante. Não é por acaso – e aí eu vou querer conversar com vocês sobre porque não é por acaso – que proponho começar falando das crises. Rigorosamente, a palavra crise já nem caberia na universidade brasileira porque sofremos de problemas crônicos e nenhuma crise, por definição, é crônica. Podemos pensar que a conjuntura contemporânea é formada por muitas crises, tendo como base a crise da economia. A homenagem por vocês prestada há pouco ao Paulo Singer é nesse sentido maravilhosa e merecida. Quem melhor teria pensado a crise da economia em sua relação com a sociedade brasileira?

De fato, neste momento estamos no meio de uma imensa e profunda crise da sociedade brasileira. Temos também uma crise do sujeito político, nesse sentido se trata de uma crise ideológica, mas sobre essas duas não vou nem ousar falar porque sobre esse tema outros colegas entendem muito mais. Enfim, a universidade brasileira segue em crise, não consegue sair da crise, na medida em que sua crise se desdobra no meio de muitas crises. Nesta palestra, ou melhor, nesta conversa, vou tentar montar um argumento junto com vocês sobre as relações das crises da sociedade e do Estado e da universidade em relação, buscando uma definição mais precisa do que é que se trata quando falamos em extensão.

Começemos pelo contexto epistemológico mais amplo. Alguns desses temas estão no foco do GT que estou compartilhando com o Luiz Bevilacqua e que mencionei há pouco. O capítulo inicial do nosso relatório ao IEA/USP incorpora a seguinte concepção de metáfora que ele tem trabalhado: o mundo está passando por uma onda de choque social que tem a ação da ciência como principal fonte de energia. O tempo-espaço está comprimido como nunca na história humana. A velocidade crescente dos acontecimentos e das coisas impressiona. A tecnociência se mostra dominante e nos condiciona a pensar sempre no futuro, prospectivamente, com estratégias de predição e planejamento. O presente importa pouco, o passado menos ainda, o ato de planejar predomina como uma projeção. As fronteiras estão borradas, o espaço não conhece mais limites, a conectividade é praticamente total, controlada e única. Isso produz uma grande diversidade, com maior visibilidade da diversidade que já existia escondida, mas

que agora está presente e bem visível. O pensamento complexo se valoriza, sobretudo onde divisões disciplinares têm dificuldade em dizer alguma coisa sobre o mundo e a natureza. Por isso, o conhecimento é cada vez mais interdisciplinar.

Nesses contextos – epistemológico, econômico e político –, além de todas as coisas que assinalo, é fundamental reconhecer que o conhecimento se tornou hoje o principal ativo do mundo, não somente no ponto de vista econômico, mas inclusive nas divisões e hierarquias sociais. O fato de aparelhos miniaturizados, que podem ser transportados e se tornam prosseguimento do ser, terem se tornado complementos ou suplementos do próprio sujeito, faz com que uma série de elementos que antes estruturavam as relações econômicas, sociais e políticas tenham mudado muito rapidamente e ainda nem se sabe a que direção essas mudanças estão nos levando.

Eu gostaria agora de apresentar algumas hipóteses sobre a sociedade brasileira, essenciais para podermos compartilhar nosso entendimento sobre a questão desta nossa conversa. Eis a primeira hipótese, sobre a iniquidade estruturante da sociedade brasileira:

A sociedade brasileira se estrutura sobre e a partir de desigualdades, opressões e privilégios, porque temos raízes históricas no colonialismo, na escravatura e na exploração que, ainda presentes, de vez em quando emergem com muita força e violência.

Esta afirmação é certamente uma hipótese. Não estou dizendo que se trata de fato ou verdade mesmo porque na história e na política não há verdades absolutas. Mas aprendemos muito ao pensar por hipóteses. Num regime de liberdade de pensamento, podemos pensar sobre nossa sociedade, cada um a seu modo. Porém não podemos prosseguir o diálogo sem alguma pactuação de significados, como por exemplo uma concordância sobre o conceito de desigualdade. Quando vocês mencionam uma diferença maior ou menor em qualquer escala, podem falar de desigualdade em geral. As pessoas são em princípio desiguais em atributos e dimensões, uns são brancos, outros negros, uns gordos, outros magros, uns altos outros baixos. Entretanto, há uma distinção a ser feita de início entre diferentes formas de desigualdade. Pessoas com pele escura, sobrepeso e pequena estatura podem ser discriminadas pelos louros, mais altos e esbeltos apenas por serem negros, baixos e gordos. Essa discriminação negativa transforma a desigualdade em iniquidade. Iniquidade ocorre quando uma desigualdade produz superioridade ou hierarquia de poder que constrange quem fica no plano inferior, tornando esse constrangimento em injustiça.

A hipótese também justifica a constatação de que o contexto social brasileiro conserva muitos elementos de um passado de opressão e iniquidades.³ Eu queria logo destacar dois desses elementos: violência e intolerância. Não há dúvidas sobre o aumento da violência em geral em nossa sociedade. Mas percebam... Talvez nesse contexto o crescimento de episódios de intolerância não ocorreria somente do ponto de vista empírico, mas do ponto de vista inclusive de sua visibilidade sim. Quer dizer que o problema já passa ser trivializado, naturaliza-se a questão. No caso das iniquidades, minha hipótese é que sempre esteve aumentando. Isso pode parecer um paradoxo, porque dados indicavam que tínhamos diminuído desigualdades econômicas, apesar de termos aumentado iniquidades sociais.

A segunda hipótese diz respeito à responsabilidade social do Estado brasileiro. Aqui está:

³ - Conforme principalmente: Souza, Jessé. *Subcidadania Brasileira*. Rio de Janeiro: LeYa, 2018.

O Estado brasileiro não cumpre sua responsabilidade de garantir à sociedade serviços públicos de qualidade, com acesso universal e equidade.

O Estado moderno é uma invenção da cultura ocidental. Trata-se de um modelo europeu de gestão de conflitos que data dos séculos XVII e XVIII, se constituiu legalmente no século XIX e se consolidou no século XX. Esse modelo do Estado-nação terminou universalizado ou globalizado. É um dispositivo jurídico-político, com um desenho ou estrutura de divisão de poderes e que tem a responsabilidade de reduzir desigualdades e prover serviços públicos. Em alguns contextos históricos, o conceito de estado-nação se qualificou como Estado de bem-estar social. Aqui tem uma história interessante, a ser contada rapidamente. No final do século XIX, o estado prussiano, resultante de vários momentos da unificação alemã, criou o *Sozialstaat* (estado social) para acomodar demandas sindicais crescentes. No início do século XX, a Itália aderiu à proposta e criou o *Stato sociale*. Na França do entre-guerras, emergiu o conceito de *État-providence* ou Estado provedor. Após a segunda guerra mundial, registra-se o *Welfare State* britânico e o *Välfärdsstaten* escandinavo (eu não sei pronunciar isso aqui, se alguém souber sueco pode até ajudar). Assim, o Estado de bem-estar durante um certo momento foi considerado um paradigma representativo da função social do Estado moderno. Resta citar a inusitada invenção portuguesa, quando nossos parentes, muito criativos, após a Revolução dos Cravos conseguiram juntar os conceitos de “estado social” com Estado de bem-estar e criaram o “Estado de bem-estar social”. Boaventura Santos ironicamente diz que, com a Constituição de 1976, Portugal inventou o “quase estado-providência”.⁴

A hipótese aqui é que, por vários motivos, o Estado brasileiro se distancia desse modelo. De fato, não cumpre sua responsabilidade de garantir à sociedade serviços públicos de qualidade, com acesso universal e equidade. Reforço aqui a questão da qualidade com equidade. Novamente, esta afirmação é uma hipótese para subsidiar um argumento. Com ajuda dessa hipótese, podemos pensar o Estado brasileiro e o que concretamente realiza, se dá conta de seu papel político, se cumpre suas funções sociais, sua marca cultural, sua relevância histórica etc. Para avaliar essa questão, precisamos analisar o marco constitucional brasileiro.

Como as invenções lusitanas são muito bem-vindas entre nós, a Constituição de 1988 copiou a Constituição portuguesa de 1976. O Brasil está num momento de discussão sobre sua própria Constituição, por isso temos que ser cautelosos para não comprometer o que se chama de estado de direito. Enfim, mesmo celebrada como a “Constituição Cidadã”, marco da nossa democracia, a Constituição Brasileira é baseada em conceitos liberais como direitos da pessoa, propriedade individual, liberdade individual, livre-iniciativa. No papel, como retórica jurídica, garante: saúde, educação, seguridade social, justiça e equidade (nesse caso, implícita). Também é uma Constituição curiosa, talvez até exótica, em relação à principal questão estrutural do ordenamento jurídico do Estado-nação brasileiro. O problema é o seguinte: no Brasil, do ponto de vista legal, só existem mercado e Estado. Não tem sociedade, não existe um ente jurídico que possa rigorosamente ser chamado de organização da sociedade ou da comunidade. Qualquer organização definida por membros da sociedade, não-empresarial, não-lucrativa, não-predatória, é definida como uma pessoa jurídica de direito privado. Por outro lado, no Brasil, para que qualquer organismo tenha caráter público, terá que ser obrigatoriamente estatal. Isso faz com que a equação seja

4 - Sousa-Santos, Boaventura. Estado social, estado providência e de bem-estar. *Carta Capital*, 30/12/2012. Disponível em: <https://www.cartamaior.com.br/?/Editoria/Internacional/Estado-social-estado-providencia-e-de-bem-estar/6/26294>

relativamente simples e a situação resultante problemática. Em nosso país, público é rigorosamente igual a estatal, e privado é somente mercado.

Portanto, na organização da formação social brasileira atual há dois espaços lacunares, como se não existisse ocorrência legal nem para a sociedade nem para comunidade. Nesse sentido, o conceito de terceiro setor, que num certo momento foi muito popular, é entre nós um mito, na medida em suas regras de existência legalizada se confundem totalmente com as do setor privado. Isso é interessante de se assinalar porque os conceitos de sociedade e comunidade são fundamentais para compreensão da função extensão da missão universidade, como vou aprofundar mais adiante.

A organização de um Estado que não reconhece a especificidade do terceiro setor traz problemas sérios para a gestão das universidades e outras instituições de conhecimento. No Brasil, o marco constitucional estabelece regras muito específicas para o direito administrativo público: só pode ser feito o que está previsto na norma. Já podem imaginar o desastre de uma universidade fazer somente o que está previsto em normas e regras. Acaba aqui, com essa simples lógica de só poder realizar o que já está previsto, o conceito de universidade como instituição dotada de autonomia para criar, ousar, realizar o que nunca foi feito.

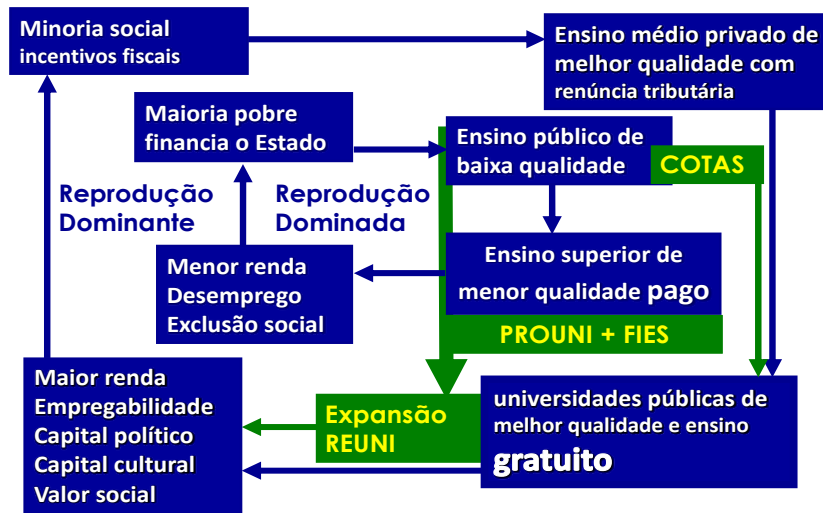
Além disso, está lá na nossa Constituição a gênese da privatização de políticas públicas com o conceito de sistemas suplementares para o provimento de serviços do Estado. Temos sistemas suplementares para tudo o que então seria dever do Estado: saúde, educação etc. Mesmo o desempenho de atividades-meio para os serviços públicos não pode ser executado por administração direta e sim por licitação de empresas privadas. Essas regras básicas de gestão se combinam com o ovo da serpente da judicialização, que já estava em potência na nossa Constituição de 1988 e que na história recente tem se realizado de fato em nosso país. Neste momento, no ponto de vista do contexto político, continuamos no esforço de reconstrução do estado brasileiro pós ditadura militar, com uma institucionalização ainda incompleta. Os dois principais elementos que descrevem o contexto político brasileiro nesse momento são: profunda regressão político-ideológica; ampla vigilância e repressão jurídico-policial. A cada momento, reaparecem fantasmas do período ditatorial. Disso resulta profundo e generalizado mal-estar social, pano de fundo para o nosso mal-estar na universidade.

Então chegamos à hipótese três, especificamente sobre o papel do Estado brasileiro no campo da educação:

Ao não garantir educação pública com qualidade-equidade, cobertura e acesso, o Estado brasileiro promove mal-estar social.

Esta é uma hipótese dura, incômoda, dolorosa até de formular. Mas é que o Estado brasileiro se encontra muito longe de cumprir essa responsabilidade social, histórica que outros estados modernos, há séculos ou décadas, já atingiram. Nos termos da Constituição de 1988, o Estado brasileiro oferece uma garantia nominal de educação para todos, mas a educação pública ofertada pelo Estado, em seus diversos níveis de governo (federal, estadual, municipal), mesmo com cobertura e acesso nos níveis iniciais de ensino, tem menor compromisso com qualidade e equidade. No caso da educação, ou melhor, pela via da educação pública, o Estado brasileiro ativamente promove mal-estar social. Quer dizer, um Estado que se diz de bem-estar social, porém realiza uma coligação social baseada em iniquidades, através de efeitos que pode se dizer que são efeitos perversos.

Para reforçar esta hipótese, ou pelo menos indicar que ela não é tão absurda, vou mostrar a vocês um argumento mais gráfico, nesta figura bastante esquemática:⁵



Aqui temos uma minoria social muito pequena, mas com muitos incentivos fiscais para formar sua futura geração. Essa minoria social consegue oferecer um ensino médio privado de melhor qualidade com renúncia tributária. Além de incentivos fiscais gerais, há uma redução específica da tributação sobre educação; isso faz com que os jovens da próxima geração dessa minoria social tenham uma preparação que lhes dá vantagens competitivas para preencher as vagas nas universidades públicas. Essas instituições são as de melhor qualidade e oferecem um ensino gratuito. Gratuito para eles, mas alguém paga, tá? E a passagem dessas coortes de jovens pelas universidades públicas produz maior renda, empregabilidade, mais capital político, mais capital cultural, mais valor social. Tudo isso faz com que a geração futura dessa minoria social tenha uma quase garantia de reprodução. Quer dizer, os filhos e filhas daqueles que compõem a minoria social tem probabilidade muito maior de continuar como minoria social privilegiada graças a essa passagem pelas universidades públicas.

Isso é possível porque o Estado/governo – que coordena, organiza e financia tudo isso através de incentivos fiscais e renúncias tributárias – é, na verdade, sustentado por uma maioria pobre. Essa maioria pobre consegue com muito sacrifício que seus filhos tenham um ensino básico público de baixa qualidade, e que prepara aqueles que ele consegue ultrapassar essa barreira a, no máximo, entrar no setor privado de ensino superior. Esse ensino é de menor qualidade e, suprema perversão, é pago. A passagem pelo ensino superior de menor qualidade, logicamente, não garante na mesma proporção renda, emprego, capital político etc., fazendo com que a probabilidade de um jovem, oriundo da maioria pobre, continuar na geração futura nessa maioria pobre, é muito grande. Aí entram as políticas públicas de ações afirmativas, como as cotas. As cotas fazem com que alguns alunos desse regime entrem por uma forma especial de passagem nas universidades públicas. Nas instituições privadas, notem que o que era pago passa a ser financiado pelo estado através de renúncia fiscal, porque as empresas de ensino obtêm nesse caso isenções. Isso é o PROUNI. Então para elas não é de graça, o Estado nesse caso continua pagando. Ou então é a solução FIES, um auto-financiamento com carência longa em bancos públicos, mas que já foi inclusive

⁵ - Conforme propus em outra oportunidade: Almeida-Filho, Naomar. Social inequality and human development: Intertwined cycles of perversion in education in contemporary Brazil. *Encounters in Theory and History of Education* 16:84-100, 2015.

privatizado. Inicialmente o crédito educativo era somente da Caixa Econômica Federal, mas atualmente está aberto como linhas de crédito para todos os bancos.

O que seria uma política pública com maior fôlego para transformar relativamente essa situação, poderia ter sido a expansão de vagas públicas. Isso seria o REUNI. O problema é que o REUNI foi feito somente para a rede federal. Falou-se num REUNI das universidades estaduais, porém isso não se concretizou. No final também essa expansão foi tímida, pequena proporcionalmente e não mudou o perfil do alunado, no sentido inclusive de contingentes populacionais. Antes do REUNI, mais ou menos 75% das matrículas em educação Superior do Brasil eram no setor privado e, depois do REUNI, isso passou para mais de 80%, o que significa que as universidades federais dobraram a ofertas de vagas, mas a sociedade brasileira no mesmo período triplicou a demanda; essa lacuna resultante foi preenchida pelo setor privado.

Até agora, eu poupei vocês de gráficos e números, mas como o que estou trazendo é só uma hipótese com argumentação... Nos interessa uma pergunta: qual é o mecanismo que faz com que o Estado brasileiro realize este prodígio, que é entregar o oposto do que se espera dele? A explicação é simples. Isso se dá por meio de um sistema fiscal que é o mais regressivo e injusto do mundo. O Brasil é campeão em muitas coisas, mas neste caso ser campeão mundial de desigualdades sociais e perversão do regime tributário é terrível. Bom, a primeira coisa é que a renda do Brasil é taxada mais no salário. Rendimentos, lucros, heranças, doações, ganhos contratuais, tudo o que supera a camuflagem do reinvestimento empresarial, não somente é pouco taxado, mas em muitos casos é objeto de subsídios e incentivos. Quando se abriu o imposto de renda de um dos delatores que ficaram famosos ano passado, vimos que, mesmo sendo uma das maiores fortunas do país, ele pagava menos imposto de renda do que qualquer professor universitário, porque tudo era reinvestido ou objeto de renúncia ou isenção. Porém essa ainda não é a maior fonte da injustiça fiscal brasileira. Mesmo no imposto de renda de pessoa física, só temos duas alíquotas no Brasil: 25 e 27,5 %. Quando você conversa com qualquer sueco, norueguês, canadense, britânico ou cidadãos de países onde há justiça fiscal, onde grandes fortunas são sempre pesadamente taxadas e a progressividade é tal que alguns sujeitos pagam até mais de 50% de impostos se o seu rendimento se for muito elevado, eles custam a entender a lógica política do Estado de mal-estar brasileiro. Heranças, transferências, progressividades, entre nós nada disso, né?

Porém o mais escandaloso desse sistema é a tributação embutida, que não aparece visível no nosso regime fiscal: o fato de que os impostos, taxas e tributos incidem fundamentalmente sobre o preço de produtos e serviços, principalmente a questão dos produtos, mais ainda bens de consumo. Trata-se do principal elemento de iniquidade social do sistema tributário brasileiro. A lógica para entender isso é certamente muito simples: alguém que ganha R\$1.000/mês, para sobreviver com essa renda precisa gastar todo o dinheiro e, ainda assim, leva uma vida dura. Isso significa que tudo o que ganha, toda a renda desse sujeito é gasta para sobreviver; como o Brasil taxa prioritariamente o consumo, obriga todas as pessoas a pagar impostos sobre tudo o que consomem para viver. Agora vejam, se alguém ganha R\$100.000/mês, por mais suntuoso que seja o estilo de vida dessa pessoa, não vai conseguir comer, vestir, usar R\$20.000/mês; é difícil gastar mais que o dobro do salário médio de um professor universitário de carreira no serviço público. Fora alguns políticos que depois se descobriu que faziam o seu consumo nos lugares mais caros do mundo, mesmo assim tinham que se esforçar, fazer um sacrifício enorme para viajar muito, para consumir tanto, e ainda camuflar sua ostentação. Pois bem, em suma: se alguém ganha cem mil reais e faz um esforço para gastar vinte mil reais, sobram oitenta mil para investir,

reinvestir e se capitalizar para ganhar mais ainda. Fica então demonstrado que esse sistema, que taxa mais o consumo que a renda, é pesadamente regressivo.

Vou dizer uma coisa e aí vocês vão pensar que sou freudiano. Imaginem que os banqueiros, executivos, empresários, aquele pessoal de liderança do capitalismo nacional, colocaram um “impostômetro” na Avenida Paulista, um painel eletrônico que roda ali, com o total de impostos pagos atualizado o tempo todo, para mostrar o quanto as empresas brasileiras sofrem com a pesada carga tributária do governo. Eu já achava isso estranho, mas um dia a ficha caiu: o impostômetro é uma impostura, porque o empresário da Avenida Paulista não é quem paga os impostos. Impostos? Repassam tudo para o povo consumidor, aquela maioria pobre que mora na periferia ou nos rincões do interior do país e que sustenta o Estado, os mercados, empresas, os empresários, investidores, banqueiros e bancos. Acabei de demonstrar isso apenas conversando, argumentando, procurem ver os dados e aí é que vocês vão ficar ainda mais aterrorizados... O IPEA fez sucessivas pesquisas,⁶ que têm sido divulgadas todo o tempo e que, em resumo, encontram mais ou menos o seguinte: “No Brasil, quem vem de uma família com renda abaixo de três salários mínimos, paga em média mais de 50% de sua renda em impostos e quem tem renda acima de vinte salários mínimos paga menos de 20% de sua renda em impostos”. O inconsciente do capitalista revela-se na ambiguidade semântica: impostômetro não vem de imposto, vem de impostor.

Uma pergunta que incomoda: se é tão fácil demonstrar esse conjunto de efeitos perversos, como é que tal estado de coisas ainda prossegue? A tão falada e prometida reforma tributária nunca se faz porque temos um modelo político corrupto dedicado a reproduzir sua própria dominação, na prática controlando o Estado para se preservar, manter seu poder. Então essa dialética, sistema tributário e modelo político, é o que enfim produz aquela perversão social da educação que mostrei há pouco. Desigualdades econômicas são perpetuadas e promove-se, dessa forma, iniquidades sociais e injustiças de toda ordem, de variadas formas possíveis.

Qual é a conclusão óbvia? É que o Estado brasileiro é majoritariamente financiado pelos que não recebem os benefícios dos serviços públicos constitucionalmente obrigatórios. Nada mais adequado, portanto, do que dizer que no Brasil, em vez de um estado de bem-estar, vivemos em um estado de mal-estar social. Vocês notaram que eu coloquei um duplo sentido: um estado de mal-estar na Universidade ou a Universidade num Estado de mal-estar? Mal-estar na Universidade, mal-estar na cultura, mal-estar na civilização. Querem mais indícios de uma assumida influência freudiana? Essa fixação no sentido das palavras por certo me denuncia, resultado de anos de aprendizagem e convivência com minha mulher que é psicanalista.

Enfim, as palavras com que propus desmembrar o título desta nossa conversa sobre a questão da extensão, para não camuflar o conceito de comunidade, foram: Estado, Mercado, Sociedade, Comunidade e Universidade. Com o que discutimos até agora, busquei procurar significantes correlatos para cada um desses termos: no caso do Mercado como espaço das trocas econômicas, *desigualdades*; num Estado de mal-estar social, *iniquidades*; numa Sociedade violenta e injusta, *intolerância*; na Comunidade isolada e desprezada, *resistência-conservadorismo*; numa Universidade distanciada e omissa, *autonomia-alienação*. Neste último caso, enfim falando da Universidade, os dois significantes até parecem opostos, mas se unem maravilhosamente bem. Autonomia

⁶ - Ver: Brasil. Progressividade Tributária: a agenda negligenciada. *Texto para Discussão 2190 / Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada*. Brasília: Ipea, 2016. Disponível em: http://desafios2.ipea.gov.br/agencia/images/stories/PDFs/TDs/td_2190.pdf

universitária como independência para pesquisar ou ensinar, a famosa liberdade de cátedra: antecipo que se trata de um escudo ou escusa para preservar uma certa omissão, desresponsabilização, um distanciamento da sociedade real. Muitas vezes de modo inconsciente, podemos dizer que, na maioria das vezes, se quer passar a sociedade às nossas vistas como um problema para a Universidade, instituição tão ciosa de sua autonomia que chega às raias de uma arrogante alienação...

E afinal chegamos à nossa última hipótese, correspondendo justamente à universidade:

No Brasil contemporâneo, instituições universitárias não atendem a demandas concretas da sociedade nem contribuem para sua transformação crítica.

Estávamos há pouco falando das missões e das omissões da universidade. Entre missão e omissão, apenas uma letrinha diferencia termos opostos. A questão é a seguinte (falo sempre como hipótese): proponho que as universidades brasileiras atualmente não atendem às necessidades e demandas da população em geral, e do povo pobre em particular, nem contribuem para melhoria da sociedade, no sentido de progresso político. Atuam muitas vezes com entusiasmo até achando que fazem as duas coisas, mas já aprendemos que existe uma enorme distância entre intenção e gesto, em especial quando pensamos em instituições sociais complexas. Se é tão difícil e raro que as pessoas tenham consistência entre o que querem e o que fazem, imaginem as instituições... E isso diz respeito diretamente ao nosso tema, a questão da extensão na Universidade.

Estamos esboçando uma certa conclusão do argumento, mas ainda não estou finalizando nossa conversa. Vejamos o famoso tripé ensino, pesquisa e extensão, que Ana Amélia foi assim bem irônica ao indicar que, nas universidades brasileiras reais e atuais, a extensão é desvalorizada e praticamente ignorada. Oficialmente, somos o único país que tem a universidade detalhada na constituição. Imaginem o peso de colocar numa constituição federal a missão da universidade, detalhada como ensino, pesquisa e extensão e sua obrigatória indissociabilidade. Para de alguma forma tentar entender criticamente essa questão, gostaria de propor uma distinção preliminar entre as funções do ensino superior e as missões da universidade.⁷ Precisamos disso para que inclusive não se pense que muita coisa fazemos ou deixamos de fazer somente porque faz parte (ou não) da nossa missão histórica.

A minha proposta é supersimples: classificar as funções do ensino superior como definidas por três finalidades. A primeira compreende instrução de quadros técnicos, ou seja, formação profissional de sujeitos capazes de aplicar tecnologia, em paralelo e, nas melhores situações, em articulação, com a formação daqueles que aplicam tecnologias destinadas a educar outros sujeitos. Em segundo lugar, replicação de conhecimento disciplinar e tecnologias correlatas, quer dizer, a capacidade de fazer igual e bem feito as coisas (saberes e práticas) que de certo jeito a sociedade demanda porque seus efeitos são conhecidos e valorizados. Em terceiro lugar, aparece a concessão de certificações e habilitações profissionais, mediante o que chamo de acumulação (mas não criação) de capital simbólico.

7 - Retomo aqui uma problematização desenvolvida em outra oportunidade: Seabra-Santos, Fernando; Almeida Filho, Naomar. *A quarta missão da Universidade: internacionalização universitária na sociedade do conhecimento*. Brasília: Editora UnB; Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2012. Disponível em:

https://www.researchgate.net/publication/320024888_Internacionalizacao_a_quarta_missao_da_Universidade

Para distinguir funções do ensino superior de missões da Universidade precisamos retomar a história da educação superior no mundo ocidental. No início de sua história, há quase mil anos, inicialmente a Universidade foi inventada com a missão de proteger a civilização, entendida como a cultura greco-latina da Igreja Católica Romana que, na universidade medieval tomou a forma da cultura escolástica. Logo essa missão se realinhou para promover culturas acadêmicas, onde se agregava a cultura humanística no Renascimento e a cultura científica no Iluminismo. Mais ou menos na metade do seu percurso histórico, uma segunda missão veio a se incorporar à Universidade: a formação de intelectuais. Formar intelectuais não é rigorosamente formação profissional técnica. É claro que o profissional pode ser um intelectual, mas não necessariamente isso ocorre. Mas os sujeitos formados como intelectuais devem ser capazes de produzir conhecimento novo, capazes de inventar, conceber e criar, capazes de formar formadores e que fundamentalmente tenham a possibilidade de criticar o que fazem. Esse perfil do intelectual não é sutilmente diferente do perfil profissional, é muito diferente de alguém com perfil de formação profissional. É muito diferente alguém ser formado como um intelectual numa universidade e alguém ser formado como um profissional ou técnico em uma instituição de ensino superior.

Somente no século XIX, a Universidade agrega a missão de pesquisar, produzir conhecimento, criar sabedoria e assim, portanto, não apenas acumular capital simbólico, mas também gerar capital simbólico. Esse modelo é o que os livros de história da educação chamam de “universidade de pesquisa humboldtiana”. No século XX, uma nova missão se incorpora à Universidade: um sentido cada vez mais forte de responsabilidade social que se define como crítica cultural e compromisso com a transformação social. Os meios para esta quarta missão da Universidade são a educação geral, a formação intercultural e, num plano mais específico, o encontro com saberes não acadêmicos.

Ocorre que, no cenário atual da educação superior brasileira, a Universidade tem pouquíssima relevância do ponto de vista quantitativo. Vejamos uma indicação mínima desse fato: segundo o último Censo da Educação Superior,⁸ o Brasil tem 2.407 instituições de ensino superior, e apenas 197 trazem o nome “universidade” no seu registro legal. O mais sério é que, sendo otimista, podemos nesse grupo reconhecer, quando muito, umas cinquenta boas instituições que merecem ser chamadas de “universidade”. Quer dizer, aquelas que seriam de fato capazes de cumprir as missões históricas complexas e de altíssima relevância dessa invenção milenar que se chama Universidade. Aqui está uma conclusão parcial: nossas universidades mais têm cumprido funções de ensino profissionalizante do que as missões históricas da instituição.

E cabe mais uma questão, talvez a mais delicada de todas. Para se entender a dinâmica, realmente chocante, dos efeitos perversos da educação na reprodução das iniquidades em nosso país, é preciso identificar as responsabilidades de todos os elementos que tornam possível existir e reproduzir esse Estado de mal-estar social.. E reconhecer que Estado, Mercado, Sociedade, Comunidade, Povo e Universidade não são meras abstrações, e sim constituem realidades históricas concretizadas por pessoas, sujeitos mais ou menos atuantes e conscientes. Agora vou incomodar um pouquinho mais, e enfim dizer que é preciso competências e habilidades específicas para fazer tudo isso. Ou seja, para reproduzir esse Estado de mal-estar social é necessário aplicar

⁸ - Brasil. *Censo da Educação Superior 2016 – Notas Estatísticas*. Brasília: INEP/MEC, 2016. Disponível em: http://download.inep.gov.br/educacao_superior/censo_superior/documentos/2016/notas_sobre_o_censo_da_educacao_superior_2016.pdf

competências para fomentar desigualdades e para transformar desigualdades em iniquidades. E minha hipótese conclusiva é que os mecanismos de produção dessas competências para fomentar iniquidades, podem ser identificadas entre nós, no seio da universidade que se diz autônoma e se pretende crítica. Enfim, mecanismos de produção de “competências para fomentar iniquidades” podem ser identificados no sistema de formação técnico-profissional desses sujeitos (universidades, faculdades, escolas, cursos, programas etc.). E aí? Será que é possível admitir que, inadvertidos, omissos ou alienados, sustentamos o Estado de mal-estar social, com todas as suas funcionalidades e capacidades de transformar desigualdades em iniquidades? E aí sim, precisamos mesmo repensar o que é “extensão”.

Para repensar o que é extensão, Ana Amélia também já nos deu a resposta – até por isso é bom falar por último – ela disse... precisamos retomar Paulo Freire. Podemos começar por um livro específico sobre o conceito de extensão, cujo título é uma pergunta: “Extensão ou Comunicação?”, escrito na década de 1970, mas publicado somente em 1983.⁹ Acho que esse livro foi muito pouco lido na universidade brasileira e mal-entendido nos outros contextos universitários onde Paulo Freire é o autor brasileiro mais prestigiado. O texto não trata especificamente do conceito de extensão universitária porque a única vez em que Paulo Freire falou sobre a universidade foi num debate gravado no México; quando foi provocado, ele se referiu de modo bastante amargo à universidade como foco do conservadorismo. Algumas dessas ideias que estou apresentando aqui e agora já estavam, em conceito, nesse debate protagonizado pelo Mestre Freire. A transcrição foi depois publicada na prestigiosa *Revista Lusófona de Educação*, sem revisão do autor, em 2013, 15 anos depois do evento, com o título “A Crítica da Pedagogia Domesticante”.¹⁰

Pois bem, no seu pequeno clássico, Paulo Freire comenta que “a ação extensionista envolve, qualquer que seja o setor em que se realize, a necessidade que sentem aqueles que a fazem, de ir até a “outra parte do mundo”, considerada inferior, para, à sua maneira, “normalizá-la”. Para fazê-la mais ou menos semelhante a seu mundo” (p. 10). Logo em seguida há um quadro na página 11, se não me engano. Olhem aqui:

- Extensão Transmissão
- Extensão Sujeito ativo (o que estende)
- Extensão Mecanicismo (na ação de quem estende)
- Extensão Messianismo (por parte de quem estende)
- Extensão Conteúdo (que escolhido por quem estende)
- Extensão Recipiente (do conteúdo)
- Extensão Entrega (de algo que é levado por um sujeito que se encontra “atrás do muro” àqueles que se encontram “além do muro”, “fora do muro”. **Daí que se fale em atividades extra-muros**)
- Extensão Superioridade (de quem entrega)
- Extensão Inferioridade (dos que recebem)

⁹ - Freire, Paulo. *Extensão ou comunicação?* Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.

¹⁰ - FREIRE, Paulo. La crítica de la pedagogía domesticante – un diálogo con Paulo Freire em la Universidad Nacional Autónoma de México (UNAM), Cidade do México, 1984. *Revista Lusófona de Educação*, 24, dec. 2013. Disponível em: <http://revistas.ulusofona.pt/index.php/rleducacao/article/view/4184>

Notem que, na concepção de Paulo Freire, não há qualquer significativo positivo agregado à ideia de extensão. Ele chega a dizer que, qualquer que seja o setor em que se realize, a ação extensionista envolve a necessidade que sentem aqueles que a fazem de sair para “fora do muro” até à “outra parte do mundo”, para à sua maneira normalizá-la, para fazê-la mais ou menos semelhante a seu modo de existir. Destaco aqui as aspas irônicas do próprio Paulo Freire para se referir ao território “extra-muros”, considerado inferior e desfavorecido.

Para esta nossa conversa, eu selecionei somente o quadro e duas citações do livro de Paulo Freire. Mas quando estudamos o texto inteiro com cuidado, a crítica freireana ao conceito de extensão é realmente impactante. Depois de ler tudo isso, não sei porque a gente ainda usa a palavra “extensão”. Vejo que estamos aqui prestigiados pela presença de gestoras da área de extensão da USP. Mas não estou criticando nenhuma instituição específica, por adotarem a metonímia de arte e cultura como extensão, incluindo órgãos e programas de ação comunitária. O fato é que todas as universidades brasileiras atualmente têm pró-reitorias ou unidades equivalentes desse tipo; isso não acontece com universidades de maior tradição acadêmica e científica-tecnológica em outras partes do mundo.

Novamente a fala de Ana Amélia nos ajuda. Ela disse há pouco que a extensão tem sido tratada como um resíduo da atividade acadêmica, aquilo que não é nem pesquisa nem ensino. Nesse sentido, vale revisar o que efetivamente tem sido designado por extensão:

- a) Relações da universidade com o Estado, como vimos, maior promotor de iniquidades sociais.
- b) Relações da universidade com o mercado, muitas vezes com remuneração ocasional para os docentes, pesquisadores e gestores.
- c) Relações da universidade com a sociedade que, hoje, infelizmente se afoga nesse mar de intolerância e violência.
- d) Relações da universidade com a comunidade, cada vez mais centro de defesa da tradição e foco do conservadorismo.

Ao promover essas tantas relações multiuso e polimorfas, muitas vezes estamos realizando uma mera prestação de serviços, apesar das potencialidades pedagógicas aí disponíveis, porém poucas vezes viabilizadas. Por exemplo, o que seria uma consultoria? Simplesmente um compartilhamento normalmente remunerado de conhecimentos, transformado em tecnologia, com empresas ou instituições do Estado.

Nas áreas da saúde, da educação e da proteção social, a prestação de serviços assume predominantemente um padrão assistencial. E o que é assistência, nesse sentido? Se pensarmos concretamente no que o termo assistência significa para a universidade pública, em geral implica serviços prestados para aquele outro que não pode pagar. A externalização dessa prestação de serviços pode assumir a forma de ação comunitária, em geral para pobres em territórios remotos, baseada em desigualdades. Quer dizer, uma vila rural, um bairro operário, um povoado distante, uma aldeia indígena, se tornam um alter-espço social e cultural, ao qual se estende a universidade. Apesar do grande apelo à mobilização social e à militância política, esse é o modelo de ação comunitária da Guerra contra a Pobreza, do tempo da Aliança para o Progresso, nos anos sessenta, primeiros momentos da Guerra Fria. Alguém lembra do Projeto Rondon? Ah, ninguém lembra, né? Todas jovens ou esquecidas..., mas vejo que tem alguns jovens da minha geração aí. O Projeto Rondon é da nossa geração, bravos estudantes reprimidos pela ditadura militar. Pois bem, naquele tempo, o MEC enchia um avião da FAB com professores e estudantes da USP, da UNIFESP, das

universidades do Sul-Sudeste que iam para o Nordeste profundo e para Amazônia. Passavam um mês por lá, nos rincões distantes do Brasil. Coordenados por oficiais médicos e relações públicas do Exército Brasileiro, prestavam toda sorte de serviços comunitários, muitos realmente necessários, principalmente atendimento de saúde, alfabetização de adultos e registro civil. No final dessas férias cívicas, voltavam todos felizes e crentes que haviam ajudado a reduzir a pobreza e a promover a integração nacional.

Sem dúvida, existe grande potencial de produção de conhecimento pertinente nesse conjunto de atividades. Portanto, a extensão pode ser pesquisa. Porém a complementaridade ou interface entre o que se chama de extensão e a produção do conhecimento sistemático, que se chamaria de pesquisa, não tem sido rigorosa e precisamente estabelecida. Trata-se de produção de conhecimento decerto original, mas que não se enquadra exatamente dentro dos parâmetros, acordos e cânones epistemológicos e metodológicos definidores da investigação científico vigente e predominante em nossas universidades. Mas essas idiosincrasias ou peculiaridades têm se avolumado e até começa a se impor como uma modalidade própria de produção de conhecimento, resultando nisso que tem sido referido por vários autores como pesquisa-ação.

Certamente cada uma dessas ações ditas extensionistas abre grandes possibilidades de formação profissional em situação real de práticas. Além disso, arrolam-se como atividades de extensão variadas formas de docência e programas de ensino destinados à instrução prática de sujeitos de fora da instituição: trata-se dos famosos cursos de extensão. Nesses casos, do ponto de vista substantivo, a extensão significa rigorosamente ensino. E aí temos até um problema lógico: se o tripé convencional das funções da universidade brasileira é ensino-pesquisa-extensão, como pode o ensino ser extensão? Em outras palavras, como é que uma coisa pode ser ela própria e ao mesmo tempo outra, sendo que a outra coisa a exclui? Considerar atividades docentes especiais como parte da extensão significa que a universidade traz para o seu seio uma distinção que é da sociedade, a discriminação entre os incluídos e os excluídos do privilégio da educação superior. Ao fazê-lo, a universidade pública ressignifica o conceito de curso de extensão como uma atividade de ensino para os “lá de fora”, aqueles que não são alunos regulares.

Me perdoem se estou sendo hipercrítico; se fui, em vários aspectos, digamos, cáustico. Tem coisas de nossa prática que fazemos com total boa intenção, damos o maior valor, nos orgulhamos muito. Sei que vocês estão realizando com grande dedicação este maravilhoso seminário sobre o conceito de extensão. Aí me convidaram para refletirmos juntos sobre tão entusiasmante assunto. E então chega alguém – nesse caso, eu mesmo – dizendo assim: “Tudo o que vocês estão realizando, com tantas dificuldades, vencendo tão fortes reações e resistências da arrogante universidade de pesquisa e da velha instituição de ensino superior, tudo isso não tem nada a ver”.

[Isso é *bullying* – diz alguém da plateia... (risos)].

Isso mesmo. Por isso mesmo que eu estava começando a pedir respeitadas desculpas acadêmicas. Mas é um tipo de *bullying* que eu espero positivo, que seja provocativo, incômodo e os convide ao exercício da crítica radical, radical de raiz, no sentido freireano mais profundo, como crítica da nossa própria prática e da cultura institucional que nos anima e às vezes também desanima.

Aproveitando a honrosa parceria, encaminhei esse conjunto de questões para Boaventura de Souza Santos. Nesse texto que co-autoramos,¹¹ ele também propõe ampliar essa discussão, inserindo o tema da extensão numa espécie de agenda para uma reforma radical da universidade pública. Esse livro a que me refiro foi publicado em Portugal e está esgotado; pode ser achado em sebos na internet. Mas eu trouxe um exemplar para deixar aqui na biblioteca. Pode ser? Quem sabe alguém depois pode se interessar por algum detalhe...

Nesse texto, numa perspectiva de crítica política, Boaventura propôs que a recriação da universidade deve centrar-se em cinco áreas de atuação, nessa ordem: acesso, extensão, pesquisa-ação, ecologia dos saberes, integração da universidade com a escola pública.

E para avançar no questionamento sobre a extensão, Boaventura escreveu (p. 53) que

a ecologia dos saberes, é por assim dizer, uma forma de extensão ao contrário, de fora da universidade para dentro da universidade. Consiste na promoção de diálogos [interação] entre o saber científico ou humanístico, que a universidade produz, e saberes leigos, populares, tradicionais, urbanos, camponeses, provindos de culturas não ocidentais (índigenas, de origem africana, oriental, etc.) que circulam na sociedade.

Com toda a clareza, Boaventura está propondo que as universidades devem fazer o contrário da extensão. Ou, pelo menos, do tipo de extensão que tem sido feito. A ideia de extensão que nós desenvolvemos, cristalizamos e operamos no Brasil é num certo sentido alienante, induz à separação ou distanciamento da universidade em relação à sociedade. Quer dizer, uma ideia de nós aqui e eles lá. A expressão “eles lá” significa que, para ir lá fora, no “extra-muros”, à “outra parte do mundo” a que se refere Paulo Freire, concedemos nossa benevolência, suavizamos nossa pretensão, reafirmando nossa superioridade ao sair de onde estamos. Ou então tentamos abrir brechas nos muros ou frestas nos portões, permitindo que “eles lá”, em certos momentos raros e fugazes, entrem no campus universitário, tornando-se “eles aqui”, mas sempre “eles”, os outros de fora da academia. Mas tudo isso ainda é pouco para recuperar a missão histórica da universidade, sobretudo sua responsabilidade perante a dívida social da educação pública. Boaventura insiste, com toda razão, que a universidade pública brasileira pouco avançou em iniciativas destinadas a apoiar, reforçar e se integrar com a escola básica pública.

Eu queria trazer esse conjunto de questões como uma proposta de problematização. Essa ideia de que o conceito de extensão precisa ser definido negativamente é em si problemática. Como se a extensão fosse uma caixa de restos, do que sobra das atividades nobres da universidade humboldtiana, caixa onde se colocam coisas que são muito diferentes entre si. Mas a pauta da Ecologia dos Saberes pode significar tanto uma releitura do conceito de extensão, reconhecendo e recuperando o que nesse conjunto de ações significa pesquisa (produção de conhecimento) ou ensino-aprendizagem, quanto uma superação plena do velho conceito de extensão. Numa perspectiva bastante prática, a Ecologia dos Saberes implica um movimento de superação do conceito convencional de extensão que temos inventado, cultivado e praticado nas universidades brasileiras, fundamentalmente nas instituições públicas. Esse movimento compreende cinco temas de discussão: integração territorial;

11 - Sousa-Santos, Boaventura; Almeida Filho, Naomar. *A Universidade do Século XXI: Para uma Universidade Nova*. Coimbra: Almedina, 2009.

encontro de saberes; atividades docentes abertas; práticas sociais participativas; e, grande pano de fundo, uma verdadeira governança democrática.

A superação da ideia de extensão mediante uma efetiva e profunda abertura da universidade à sociedade e às comunidades regionais, numa atuação respeitosa dos saberes locais tradicionais, implica uma integração territorial no sentido mais miltoniano possível. Aliás, acolher e apoiar Milton Santos em seu exílio intelectual após a ditadura militar foi mais uma das contribuições da USP à formação da inteligência brasileira contemporânea.

Acho que meu tempo de exposição acabou. Mas vocês estão vendo que eu estou querendo continuar conversando, né? Primeiro porque para alguns desses pontos não deu tempo de realizar uma análise mais detalhada. Mas também para aprender com vocês porque outros pontos da discussão nem eu mesmo estou seguro do que falei. (Risos)